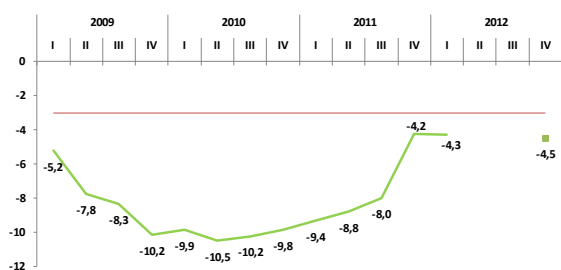


A presente nota rápida tem por base as contas nacionais trimestrais por setor institucional, divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística no dia 29 de junho, e a dívida pública trimestral, da responsabilidade do Banco de Portugal. Ambas as notificações foram comunicadas ao Eurostat no final de junho, com um desfasamento de 90 dias face ao trimestre de referência. Esta nota antecede uma análise trimestral mais detalhada, a divulgar ainda durante o mês de julho.

1 No ano terminado no 1.º trimestre de 2012, a estimativa preliminar do INE aponta para um défice de 4,3% do PIB. Este resultado reflete uma deterioração de 0,1 p.p. do PIB face ao registado no ano terminado no trimestre anterior, explicada sobretudo pela quebra dos impostos sobre a produção e a importação e das contribuições sociais (0,3 p.p. do PIB). A redução da despesa em 0,2 p.p. do PIB, mesmo penalizada pelo aumento dos juros e das prestações sociais (+0,2 p.p. do PIB, cada), foi insuficiente para contrariar a evolução negativa da receita. Deste modo, verificou-se uma inflexão da trajetória de redução do défice público que se vinha registando há seis trimestres consecutivos.

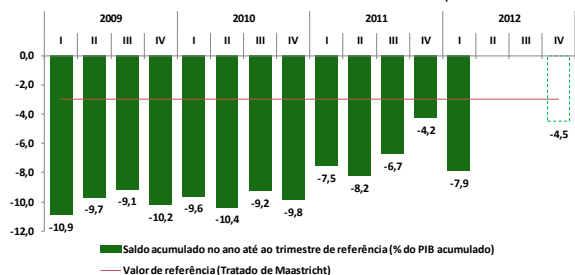
Gráfico 1 – Saldo deslizando de 4 trimestres (em % do PIB)



Fonte: INE e PAEF - Programa de Assistência Económica e Financeira (para o limite anual). Nota: A utilização do saldo deslizando de quatro trimestres permite avaliar a evolução infra-anual do défice público de forma diretamente comparável com as contas nacionais anuais, reduzindo parcialmente problemas de sazonalidade. Tem, porém, a desvantagem de incluir os três últimos trimestres do ano de 2011 (em particular o 4.º trimestre de 2011, que inclui os efeitos de medidas extraordinárias relativos às receitas extraordinárias provenientes da transferência dos fundos de pensões do sector bancário e a receita fiscal proveniente da sobretaxa de IRS e da antecipação do aumento do IVA sobre eletricidade e gás).

2 Considerando apenas o ano de 2012, o défice no 1.º trimestre ascendeu 3217 M€, equivalente a 7,9% do PIB gerado nesse período. Comparativamente a igual período do ano passado, o défice do primeiro trimestre revelou uma deterioração de 0,4 p.p. do PIB. Trata-se de um défice superior em 3,4 p.p. do PIB face ao objetivo de -4,5% do PIB previsto para o ano de 2012.

Gráfico 2 – Saldo acumulado em cada ano (em % do PIB)



Fonte: INE. Cálculos UTAO. O 4.º trimestre corresponde ao limite estabelecido no PAEF.

Informação Técnica da UTAO n.º 14/2012

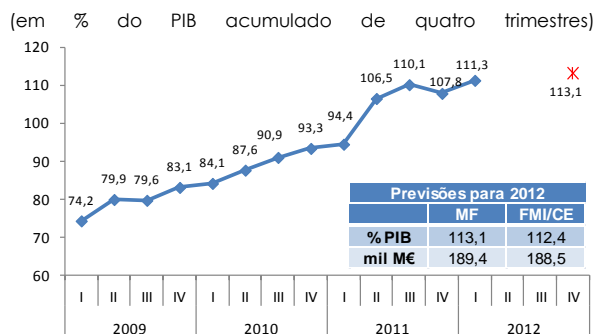
Disponível em www.parlamento.pt/sites/COM/XILLEG/5COFAP/Paginas/RelatoriosActividade.aspx

3 O défice do 1.º trimestre ficou 0,5 p.p. do PIB acima do estimado pela UTAO, no final de maio (Informação Técnica n.º 11/2012). Uma parte (0,1 p.p. do PIB) daquela diferença decorre da receita cobrada líquida do IVA. Com efeito, até maio registou-se uma quebra da taxa homóloga acumulada do IVA de 2,8% ao invés dos 2,1% considerados na estimativa da UTAO. A restante diferença (0,4 p.p.) será explicada na nota mais detalhada, a divulgar neste mês, uma vez que se aguarda a disponibilização pelo INE do quadro de passagem do défice em contabilidade pública para as contas nacionais.

4 O défice atingido no 1.º trimestre encontra-se ainda distante da meta orçamental para 2012 (-4,5% do PIB). Ainda que neste ano a execução orçamental do 2.º e 4.º trimestres venha a beneficiar do efeito da suspensão/redução do subsídio de férias e de Natal, para além de outras medidas de consolidação de previstas no OE/2012 (menor dimensão), a atuação dos estabilizadores automáticos poderá vir a comprometer aquele objetivo. Assim, caso no próximo trimestre a quebra das receitas de impostos indiretos e de contribuições sociais, não evidencie uma significativa recuperação, nos meses de junho a agosto (representando uma parte do efeito de especialização do 2.º trimestre em contas nacionais) dificilmente o sucesso das medidas discricionárias de consolidação previstas no OE/2012 poderão assegurar o cumprimento da meta orçamental prevista para este ano.

5 No 1.º trimestre de 2012, a dívida pública portuguesa ascendeu a 111,3% do PIB, aumentando 3,5 p.p. face ao registado no final de 2011. Esta variação correspondeu a um aumento de 5,7 mil M€. Para este aumento do endividamento foi determinante os empréstimos obtidos pelo subsector da administração central, dos quais 4,3 mil M€ no âmbito da 3.ª tranche do PAEF (de acordo com o previsto no relatório do OE/2012, espera-se receber 30,3 mil M€). De notar que a estimativa do MF para o rácio de dívida pública em 2012 é de 113,1% do PIB, mais 0,7 p.p. que o valor estimado pelo FMI/CE.

Gráfico 3 – Dívida pública bruta consolidada



Fonte: Banco de Portugal (Dívida Pública Trimestral), Ministério das Finanças (Relatório do DEO/2012-16), FMI (Staff Report on the third Review Under the Extended Arrangement) e Comissão Europeia (The Economic Adjustment Programme for Portugal – third review – Winter 2011/2012).

Nota: A definição utilizada para a dívida pública bruta consolidada é a estabelecida no âmbito do procedimento dos défices excessivos. A comparação entre a dívida segundo aquele conceito e o limite estabelecido no âmbito do PAF (Quantitative Performance Criteria) deve ser efetuada com cautela, pois existem diferenças metodológicas importantes entre os dois conceitos.